

**REIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO: UM ESTUDO A PARTIR DA  
TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE DE AXEL HONNETH**  
*REIFICATION AND RECOGNITION: A STUDY ON HONNETH'S CRITICAL  
THEORY OF SOCIETY*

**RÚRION MELO<sup>1</sup>**  
(UNIFESP – Brasil)

**RESUMO**

O conceito de reificação, originalmente formulado por Karl Marx e desenvolvido por Georg Lukács, foi incorporado como uma das categorias centrais da teoria crítica em sua tarefa de diagnosticar patologias sociais. Contudo, para a compreensão atual da utilização do conceito, tornou-se necessário libertar seu referencial originário meramente econômico. É isso o que pretende Axel Honneth ao reatualizar o conceito de reificação e seu potencial crítico-normativo a partir da teoria do reconhecimento. Além de retomar os principais aspectos do conceito de reificação segundo a análise do “fetichismo da mercadoria”, o artigo se concentra em apresentar a interpretação de Honneth para os processos sociais reificantes – nas relações dos sujeitos com o mundo circundante, nas relações sociais entre os sujeitos e nos efeitos patológicos da autoreificação sobre a autorealização ética – e para a produção inovadora do diagnóstico das patologias sociais decorrentes da reificação como “esquecimento do reconhecimento”.

**Palavras-chave:** reificação – reconhecimento – teoria crítica – autorealização

**ABSTRACT**

The concept of reification, originally formulated by Karl Marx and Georg Lukács, has been incorporated as one of the most central categories of critical theory taking in consideration its task of making diagnoses of social pathologies. However, it is necessary to free the concept from its merely original economic reference in order to understand its actual utilization. That is what intends Axel Honneth in his reactualization of the concept of reification and of its critical-normative power from the perspective of the theory of recognition. Besides recapturing the main aspects of the concept of reification from the analyses of the “commodity fetishism”, the paper focus on Honneth’s interpretation of reified social processes – in the relations between subjects and environment, in the social relations, and in the pathological consequences of selfreification to the ethical selfrealization – and on his new diagnosis of social pathologies that are due to reification as “forgetfulness of recognition”.

**Key-words:** reification – recognition – critical theory - selfrealization

O conceito de *reificação* expressa, em sua origem, tanto os processos negativos do trabalho diagnosticados a partir da Revolução Industrial bem <sup>2</sup>como as experiências históricas que marcaram a República de Weimar, sobretudo aquelas de um desemprego crescente e de crises econômicas. A partir dessas experiências, procurou-se mostrar que as relações sociais

estariam cada vez mais submetidas a uma finalidade calculadora, que a relação dos sujeitos com seu mundo circundante não comportaria mais uma dimensão de trabalho artesanal, mas seria claramente substituída por uma atitude de disposição meramente instrumental e indiferente cuja conduta calculadora característica atingiria as próprias experiências mais íntimas dos sujeitos e suas condições de autorealização. Foi Georg Lukács quem conseguiu, em seu livro *História e consciência de classe* de 1923, caracterizar esse conceito chave por meio de uma importante junção de temas retirados de autores como Karl Marx e Max Weber. O texto mais importante do livro, “Reificação e a consciência do proletariado” (LUKÁCS, 2003; NOBRE, 2001), influenciou decisivamente a recepção marxista da teoria weberiana da racionalização como expressão da reificação social, incluindo principalmente expoentes da tradição de pensamento da teoria crítica, dentre os quais Max Horkheimer, Theodor Adorno e Jürgen Habermas<sup>3</sup>.

Em seu livro *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento*, Axel Honneth procura fazer uma *reatualização* do conceito de reificação. Essa tentativa de reatualização, que caracteriza, segundo Honneth, um modo fundamental de fazer filosofia crítica na contemporaneidade, consiste em assumir que determinado conceito possui potencial para iluminar questões postas no presente, ainda que esse próprio conceito venha a ser modificado e reinterpretado em função de seus diferentes contextos de aplicação<sup>4</sup>. No caso dos fenômenos descritos como reificação, a reatualização do conceito consiste na possibilidade de abarcar também uma série de experiências que não estariam limitadas àquelas patologias da sociedade industrial anteriormente diagnosticadas. Para Honneth, a categoria da reificação retorna das profundezas da República de Weimar e acompanha atualmente a cena do discurso intelectual. Há ao menos três importantes indícios que, de acordo com Honneth, tornam o conceito de reificação importante para uma atual teoria crítica da sociedade (HONNETH, 2005: Introdução):

Primeiro, seria possível indicar uma quantidade de novos romances e contos que apontam para uma economização latente de nossa vida cotidiana. Algumas dessas novas referências literárias (como Raymond Carver, Michel Houellebecq e Elfried Jelinek) expressam o modo como o mundo social e seus habitantes observam e tratam uns aos outros como se fossem essencialmente objetos inanimados, ou seja, sem qualquer vestígio de um sentimento interior ou de uma tentativa de se adotar a perspectiva do outro.

No campo da sociologia da cultura e da psicologia social, outros autores abordam certos contextos em que os discursos sobre reificação possuem um sentido normativo (tais como Arlie

Russel Hochschild e Martha Nussbaum). Nesse caso, eles procuram caracterizar um tipo de comportamento humano que violaria nossos princípios morais e éticos, o qual acontece quando outros sujeitos são tratados não segundo suas qualidades humanas, mas como pessoas sem sentimentos, objetos mortos, ou seja, como “coisas” ou “mercadorias”. E os fenômenos empíricos que se referem a determinações desse tipo abrangem tendências bem diferentes, tais como a demanda crescente por barrigas-de-aluguel, a mercantilização das relações amorosas na internet ou o desenvolvimento explosivo da indústria do sexo.

Em terceiro lugar, algumas discussões recentes foram travadas no campo da ciência, mais especificamente em estudos sobre os resultados e efeitos sociais das pesquisas neurológicas. Argumentou-se muitas vezes que o tipo de abordagem empregado estritamente pelas ciências naturais revelaria uma atitude reificante, pois os sentimentos e ações humanos seriam definidos apenas por meio da mera análise neurológica, abstraindo-se as qualidades pessoais dos sujeitos e tratando o homem, em última instância, como uma máquina sem qualquer experiência (tal seria a crítica de Andréas Kuhlmann).

Essas diversas abordagens mostram que o conceito de reificação ainda parece ser central e comporta em si um rico potencial de diagnóstico das patologias sociais presentes nas sociedades contemporâneas. A tarefa proposta por Honneth implica investigar se a formulação de Lukács pode ainda dar conta desses novos e diferentes fenômenos. Mas para se ter idéia da abrangência de sua reformulação, é importante notar ainda dois aspectos fundamentais da reatualização: por um lado, a partir do conceito de reificação, é possível estabelecer um fio condutor que perpassa toda a tradição da teoria crítica à qual o próprio Honneth está vinculado, uma vez que nesse conceito se expressa a dimensão de uma crítica social às patologias da razão, ligando a crítica do “fetichismo da mercadoria” de Marx (MARX, 2002: p. 92-106), passando pela crítica da razão instrumental em Horkheimer e Adorno da *Dialética do esclarecimento* (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), chegando por fim até a formulação de Jürgen Habermas, em que o conceito de reificação é interpretado como colonização do sistema econômico e do poder administrativo do Estado sobre a dimensão de um mundo da vida constituído por ações comunicativas (HABERMAS, 1981: 2 vols.); por outro lado, Honneth aponta para a própria tarefa da continuidade da teoria crítica, a qual consiste em “manter as fortes pretensões da velha teoria com meios teóricos modificados” (HONNETH, 2009a: p. 10).

No presente artigo, pretendemos contextualizar rapidamente a reatualização do conceito empreendida por Honneth tanto no que diz respeito às formulações iniciais de Marx e de Lukács ligadas à análise do “fetichismo da mercadoria” bem como mostrar a peculiaridade de sua interpretação diante da recepção do conceito de reificação na tradição da teoria crítica (I), para por fim apresentar as análises dos processos coisificantes a partir da teoria do reconhecimento, a qual se ocupa em diagnosticar de forma inovadora as patologias sociais decorrentes da reificação como “esquecimento do reconhecimento” (II).

## I

A tentativa de reatualização e reformulação do conceito de reificação indica, desde o início do empreendimento proposto por Honneth, que as categorias utilizadas por Lukács não seriam suficientes para poder apreender adequadamente os processos sociais em sua complexidade. Lukács se manteria estritamente na compreensão ontologizante do conceito de reificação ao apontar ao fato, fazendo referência a Marx, de “uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’ que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e internamente fechada, oculta todo o traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens” (LUKÁCS, 2003: p. 194). Ao apontar o fenômeno da reificação como resultado do “fetichismo da mercadoria”, Marx já tinha diante dos olhos a experiência de um capitalismo relativamente avançado como aquele surgido na Europa do século XVIII, em que os processos de produção, levados a um alto grau de desenvolvimento, criariam relações impessoais de socialização. Pois quando o mundo das mercadorias se impõe de forma eficaz diante dos homens e os sujeitam às suas próprias leis de reprodução (como no caso, sublinhado por Marx, da autovalorização do capital), os sujeitos passam a adotar atitudes como se esse mundo externo da produção fosse o mundo da própria natureza, de modo que a relação social definida pelo trabalho – e que sempre é levada a cabo por uma relação entre homens – se transforma numa relação entre coisas (MARX, 2002: p. 94)<sup>5</sup>.

Por essa razão, como causa social para o aumento da reificação, Lukács partiria fundamentalmente do fenômeno da ampliação da troca de mercadorias, o qual se tornou o modo dominante de ação com o estabelecimento das sociedades capitalistas. Logo que os sujeitos começam a regular suas relações com os outros homens primariamente por meio da troca de

mercadorias equivalentes, eles seriam obrigados assim a se relacionar com seu mundo circundante e com as outras pessoas adotando uma atitude reificante. Os sujeitos que vivem imersos no processo de reificação resultante de sociedades capitalistas perceberiam os elementos de uma dada situação somente sob o ponto de vista do benefício que eles poderiam conseguir para seu próprio cálculo utilitário egoísta. É nesse sentido que o fenômeno da reificação advém essencialmente da questão do fetichismo da mercadoria, a qual, por sua vez, seria “*específica* de nossa época, do capitalismo *moderno*” (LUKÁCS, 2003: p. 194). As consequências estruturais da ampliação da troca de mercadorias passam a “influenciar *toda* a vida exterior e interior da sociedade” (Idem: p. 195).

Para Lukács, essa influência decisiva do fenômeno da reificação sobre o conjunto da sociedade ocorreria em três dimensões (Idem: 199 e ss.). Na troca de mercadorias, os sujeitos se vêem reciprocamente forçados a perceber os objetos existentes de seu mundo circundante somente como “coisas” potencialmente lucrativas; eles vêem também seu parceiro de interação social simplesmente como “objeto” de uma transação rentável; além disso, eles consideram suas próprias faculdades e qualidades pessoais não do ponto de vista da autorealização, mas tão somente como “recursos” objetivos para o cálculo das oportunidades de lucro. Todas as relações são abstraídas em sua singularidade quando integradas em um “princípio de racionalização baseada no cálculo, na *possibilidade do cálculo*” (Idem: p. 202). Apesar de podermos encontrar diferentes nuances entre as três dimensões (a do mundo objetivo, da sociedade e do próprio “eu”), a análise de Lukács, lembra Honneth, estaria concentrada em uma ontologia dos fenômenos estritamente capitalistas da qual resultaria todo o processo social. Pois tanto objetivamente como subjetivamente se trata de diagnosticar a submissão da consciência dos sujeitos às formas nas quais a reificação se exprime, ou seja, na medida em que “o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas” (Idem: p. 199), a saber, as leis de reprodução do capital.

É preciso reconhecer ainda a pretensão de Lukács em apresentar mais do que meramente uma fenomenologia das relações de troca de mercadorias cuja consequência seria o comportamento reificante por parte dos homens. Embora esteja interessado nos processos que Marx havia descrito como “fetichismo da mercadoria”, Lukács procura minimamente se distanciar do contexto economicista na medida em que aborda nas suas análises momentos da

reificação presentes nas mais simples atitudes da vida cotidiana. Honneth acredita que o conceito de reificação estaria nesse momento sendo ampliado e generalizado para os contextos e hábitos sociais mais comuns. Lukács fundamentaria essa generalização com base em dois importantes argumentos: por um lado, o argumento funcionalista mostraria que seria necessário para a expansão do capitalismo que todas as esferas da vida – não somente as esferas de ação puramente econômicas – fossem assimiladas ao padrão de ação da troca de mercadorias; e, por outro lado, apoiando-se em Max Weber, o processo de racionalização que se intensifica na dimensão da troca de mercadorias conduz a um aumento de atitudes racionais com respeito a fins que abrange âmbitos sociais que até então eram dominados pelas esferas tradicionais. É por essa razão que Lukács pode afirmar a tese de que no capitalismo a reificação se transforma em uma “segunda natureza”, visto que “deve necessariamente englobar o conjunto das formas de manifestação da vida social” (Idem: p. 214).

A dificuldade, segundo Honneth, consistiria não na pretensão por analisar os momentos da reificação nos comportamentos mais simples da vida cotidiana, mas sim na pretensão de analisá-los como grandezas economicamente utilizáveis sem levar em consideração o fato de se tratar da relação com objetos do mundo circundante, com outras pessoas ou das próprias competências e sentimentos. Em outras palavras, a representação da reificação como “segunda natureza” teria de abarcar novos fenômenos ao ser transferida justamente para esferas de ação *não-econômicas*.

Também Habermas já havia revisto a argumentação economicista em sua tentativa de reatualização do conceito de reificação. Se Marx circunscreveu os sintomas da reificação ao mundo do trabalho, Lukács teria dado o passo seguinte ao vincular a perspectiva crítica da economia política à teoria da racionalização de Weber. Pois, em Marx, a dimensão do trabalho industrial foi descrita como uma operação de neutralização e abstração progressiva diante dos contextos de vida e atividades dos trabalhadores. Tal era o potencial crítico do conceito de *trabalho abstrato*<sup>6</sup>. Seguindo a recepção marxista da tese weberiana da racionalização social, Habermas pretendeu não limitar o fenômeno da reificação ao processo de produção, mas estendê-lo aos âmbitos de dominação racional de um Estado cada vez mais intervencionista sob condições do capitalismo tardio. Nesse sentido, a institucionalização do trabalho assalariado bem como as atividades estatais que se expandiam a todas as esferas da administração foram interpretadas por

Habermas como formas de reificação das relações sociais sujeitas à racionalidade instrumental do sistema econômico e do sistema político implementado pelo poder administrativo do Estado.

Contudo, ainda que a tese habermasiana da colonização do mundo da vida pelos sistemas consista numa reatualização do conceito de reificação vinculada aos processos de uma racionalização unilateral, tal como identificada por Lukács, Habermas não acreditava que a modernização social no capitalismo tardio permitiria ligar os sintomas da reificação a efeitos específicos de classe. Em vez de ligar os efeitos colaterais do processo de racionalização à força estruturadora do conflito de classes, Habermas entendeu a modernização como produção de reificação sobre âmbitos de ação estruturados comunicativamente. A reificação deixa de ser identificada na esfera da produção – e, portanto, atingiria o núcleo da teoria da consciência *de classe* – para ser aplicada aos processos de empobrecimento e fragmentação da consciência *cotidiana*.

É preciso atentar nesse ponto para um dos aspectos mais importantes da reatualização do conceito de reificação. Assim como Habermas, também Honneth pretende reformular tal conceito evitando um *reducionismo funcionalista* em que a teoria crítica, desenvolvida tanto a partir de Marx como de Lukács, permanecia presa a uma imagem de sociedade entendida essencialmente a partir do trabalho, uma vez que analisaram a sociedade e os fenômenos da reificação com base no conjunto das relações de produção. A “fraqueza teórica” da teoria crítica residiria exatamente em manter seu programa vinculado ao quadro de um “reducionismo funcionalista” em que “apenas os processos sociais suscetíveis de assumir funções na reprodução e na expansão do trabalho social podem encontrar um lugar nele” (HONNETH, 1999: p. 516). Porém, “os impulsos anti-funcionalistas (...) chegaram à autoconsciência teórica” (Idem: p. 538) justamente na teoria apresentada por Habermas e, desde então, tornaram-se o novo quadro de referência para uma concepção diversa da sociedade. “A virtude de Habermas em relação à teoria crítica”, comenta Honneth em sua entrevista com Olivier Voirol, “consiste justamente (...) na superação do paradigma produtivista ou dessa herança histórico-filosófica que tinha suas raízes em Marx” (HONNETH, 2009b: p. 115-116). A busca por um novo quadro de referência da crítica social, e que pretende superar inclusive as transformações elaboradas pela teoria habermasiana, tem sido desenvolvida de modo singular também pela própria teoria do reconhecimento de Honneth (HONNETH, 2003 e 2007).

## II

Para onde, então, teríamos de olhar nas análises do próprio Lukács para empreender uma reformulação do conceito de reificação? Honneth acredita que o mais importante consistiria em considerar as análises lukacsianas que se concentram nas transformações e mudanças de comportamento pelas quais passam os próprios sujeitos. Ao nos distanciarmos do paradigma produtivista, é possível notar no próprio Lukács elementos que permitem identificar comportamentos típicos em que os sujeitos não participariam mais ativamente nos processos de seu mundo circundante, mas se colocariam na perspectiva de um observador neutro que não é afetado psíquica ou existencialmente pelos acontecimentos. Em vez de centrarmos a análise nas relações de troca de mercadorias, o próprio Lukács já mostraria que o sujeito que adota o papel de um parceiro de troca passa a se comportar como um expectador meramente contemplativo e indiferente. E é exatamente os conceitos de *contemplação* e de *indiferença* que, segundo Honneth, podem ser úteis para serem aplicados a outras esferas de ação não-econômicas<sup>7</sup>.

Com a palavra “contemplação”, explica Honneth, quer-se sublinhar aqui menos uma postura de introspecção teórica do que uma atitude de observação indulgente e passiva; e “indiferença” deve significar que o sujeito agente não é afetado por muito tempo pelos acontecimentos, mas, mesmo ao observar, não se relaciona com estes mostrando qualquer tipo de interesse ou engajamento. Lukács compreenderia sob o termo reificação o hábito ou o costume que corresponde a um comportamento meramente contemplativo em cuja perspectiva o mundo circundante natural, o mundo das relações sociais e os próprios potenciais constitutivos da personalidade seriam apreendidos apenas com indiferença e de um modo neutro em relação aos afetos, ou seja, como se possuíssem as qualidades de uma “coisa”. Nas relações sociais, diz Lukács, a atividade do sujeito perde “cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude *contemplativa*” (LUKÁCS, 2003: p. 204), cuja consequência consiste em tornar “o espectador impotente de tudo o que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho” (Idem: p. 205). Embora Lukács se refira geralmente à atividade do trabalhador, Honneth acredita poder encontrar na “atitude contemplativa” um traço generalizável da reificação para as atividades que extrapolam a esfera da produção.

Além disso, é possível identificar nas análises de Lukács outro tipo de comportamento considerado correto, ou seja, contrário à postura meramente reificante da contemplação e da

indiferença. Honneth sublinha passagens do texto de Lukács onde uma práxis humana *correta* é atribuída a um sujeito ativo e cooperativo, pois há sempre a necessidade de apontar certa transformação em que o caráter ativo se torna contemplativo, em que a atividade humana consciente é isolada e integrada em um sistema estranho. Ou seja, Lukács parece ter de assumir um “ponto de vista do sujeito participante” (Idem: p. 218) a partir do qual distinguimos a reificação no momento em que as determinações da ordem social se impõem sobre sua consciência. A manutenção desse ponto de vista foi fundamental, por exemplo, para que Lukács pudesse afirmar em seu texto que o trabalhador, a despeito do processo que o reifica, não tinha sua própria “essência humana e anímica” transformada em mercadoria (Idem: p. 346 e ss). Trata-se fundamentalmente de apontar para os “limites da reificação” em que se investigam estruturas da consciência não somente atreladas ao exame do fetichismo no processo de formação do valor, mas também como uma forma de subjetividade em que o sujeito é “capaz de superar a reificação” (NOBRE, 2001: p. 50).

Portanto, poderíamos falar de uma práxis não-distorcida somente quando nessa atividade os objetos pudessem ser pensados como produto do sujeito e a interação social não se baseasse simplesmente nos processos de troca de mercadorias, mas sim na consideração dos outros parceiros de interação como sujeitos também ativos e não indiferentes. Contudo, embora Lukács não funde a contraposição entre um comportamento reificante e uma práxis participativa em alguma perspectiva moral, também não permite que se esclareça o ponto de vista *normativo* pressuposto que orienta sua denúncia da reificação social a partir da referida diferenciação. A explicitação desse ponto de vista normativo que opera no conceito de reificação – e que possui consequências patológicas fundamentais para a autorealização ética – consistirá numa das principais tarefas da reformulação crítica de Honneth.

Com a distinção lukacsiana entre aquele que adota uma postura de observador e aquele que toma uma atitude de participante, Honneth pretende reatualizar o conceito de reificação de modo que a distorção de uma práxis originária seja entendida a partir de uma relação participativa do sujeito consigo mesmo ou com seu mundo circundante. E em vez de pensar a reificação apenas segundo a descrição da produção alienada do objeto por parte de um sujeito que foi excluído da coletividade, Honneth insiste em utilizar aquelas passagens do texto de Lukács em que a práxis verdadeira pode ser entendida como uma *atitude intersubjetiva*. Lukács não estaria preocupado meramente “com a produção do objeto por meio de um sujeito que, em razão da

atividade produtiva, propiciava a mediação com o coletivo, mas sim com outra atitude, uma atitude intersubjetiva do sujeito, que forma aqui o padrão que servirá de contraste para a determinação de uma práxis reificante” (HONNETH, 2005: p. 27). O ponto de vista intersubjetivo pode, assim, fornecer uma medida a partir da qual poderíamos diagnosticar que a troca de mercadorias resultaria em uma perda de interesse e participação por parte dos sujeitos, ou seja, possibilitaria um contraste entre uma atitude intersubjetiva e a determinação de uma práxis reificante. Ora, é exatamente essa atitude intersubjetiva – caracterizada pela participação ativa e pelo envolvimento existencial em contraste com a mera contemplação e indiferença – que Honneth fundamentará com base em sua categoria do *reconhecimento*.

A função da categoria do reconhecimento na argumentação de Honneth consiste em preencher um importante pressuposto não desenvolvido por Lukács. Não estaria claro na fundamentação lukacsiana no que se baseia o primado dessa práxis participativa originária que se perderia no momento em que o sujeito passa a se comportar de forma reificada. Para preencher essa lacuna de fundamentação, essa participação interessada precisaria ter um primado *ontogenético* bem como *conceitual* para que a reificação pudesse, por um lado, ser descrita como uma “distorção” de uma práxis correta e, por outro lado, tornasse possível, junto com seu diagnóstico, também sua crítica e superação. Honneth – lançando mão de conceitos presentes também em Martin Heidegger e em John Dewey – pretende fundamentar a tese de que, na relação do sujeito consigo mesmo e com seu mundo circundante, uma postura de reconhecimento possui anterioridade ontogenética e categorial quando comparada a todas as outras atitudes. Toda a apreensão da realidade estaria ligada a uma forma de experiência em que todos os dados existentes de uma situação se encontrariam em princípio qualitativamente acessíveis à perspectiva de uma participação interessada. Esse tipo de experiência qualitativa originária de todas as nossas vivências é interpretado por Honneth como uma característica essencial de proximidade, não-distanciamento, e de *engajamento prático* com o mundo, isto é, como uma interação primária oposta à atitude autocentrada, egocêntrica e neutra. O reconhecimento expressaria, portanto, essa forma originária de relação e de interesse existencial pelo mundo que somente um ato de distanciamento e indiferença poderia separar.

Para explicar o *primado do reconhecimento*, Honneth se apóia na psicologia do desenvolvimento e nas pesquisas sobre socialização, os quais entendem o surgimento das capacidades de interação e de pensamento de uma criança como um processo produzido por meio

de mecanismos de adoção de perspectiva. A criança aprenderia desde muito cedo a se relacionar com um mundo pleno de objetos a partir da perspectiva de uma segunda pessoa e, por conseguinte, segundo um gradativo decentramento de sua própria perspectiva egoísta. Honneth não entende tal processo de formação como um desenvolvimento meramente cognitivo, mas principalmente como uma relação emocional primária entre a criança e sua pessoa de referência. A criança não poderia seguir todos os passos de aprendizado interativo se desde o início não tivesse desenvolvido um sentimento de estreita ligação com outra pessoa. Por um lado, a criança aprende, “a partir da perspectiva de uma segunda pessoa, a perceber objetos como entidades de um mundo objetivo que existe independentemente de nossos comportamentos” (Idem: p. 50). Além disso, sublinha Honneth, a criança não poderia realizar todos esses processos interativos de aprendizagem “se não tivesse desenvolvido antes um sentimento de proximidade afetiva com sua pessoa de referência” (Ibidem). Recentes estudos sobre o autismo, por exemplo, revelariam que tal identificação afetiva precedente e originária estaria obstruída no caso das crianças autistas, provocando, como consequência, uma incapacidade cognitiva. Haveria uma abertura ou identificação emocional da criança com o mundo circundante cronologicamente anterior a toda apreensão cognitiva ou neutra, que caracterizará o comportamento observador típico da atitude contemplativa denunciada por Lukács.

Às formas de conhecimento sensíveis ao reconhecimento podemos opor as formas de conhecimento em que os vestígios de um reconhecimento precedente não estão mais presentes. O conhecimento ou comportamento observador se caracteriza pela indiferença quando não tomamos mais consciência de sua dependência em relação a um reconhecimento precedente. Tal como no mundo perceptivo dos autistas, o mundo social aparece como uma totalidade de objetos meramente observáveis em que faltariam as motivações e sensações psíquicas: desenvolvemos assim uma tendência a esquecer que o reconhecimento seria constitutivo das experiências intersubjetivas e a perceber os outros homens meramente como objetos quanto mais nos acostumamos a deixar de lado todos os vestígios de uma identificação afetiva.

Podemos chamar esse *esquecimento do reconhecimento* de reificação, segundo Honneth, se entendemos com isso o processo por meio do qual, no nosso saber a respeito dos outros homens e no modo como os conhecemos, não tomamos mais consciência de que ambos os casos se devem a uma participação e reconhecimento anteriores. É esse momento do esquecimento, entendido em forma de “amnésia”, que Honneth acentua como uma nova determinação do

conceito de reificação. Na medida em que, no processo do conhecer, perdemos a postura do reconhecimento, desenvolvemos uma percepção reificada em que o mundo intersubjetivo seria apreendido apenas com indiferença e de um modo neutro em relação aos afetos, sempre segundo uma atitude calculadora. E mesmo que estivéssemos em condição de perceber cognitivamente todo o espectro de expressões humanas, ainda assim nos faltaria certo sentimento de vinculação estreita que seria necessário para que também fôssemos afetados existencialmente por esse ato de perceber.

Esse esquecimento de um reconhecimento precedente, que Honneth pretende conceber como o núcleo de todos os processos de reificação, também diz respeito à percepção reificada tanto do mundo objetivo como da própria personalidade. No comportamento reificante, deixaríamos de respeitar no objeto todos os aspectos e significados particulares que estavam presentes na percepção afetiva das atitudes das outras pessoas. Em outras palavras, o reconhecimento da individualidade de outras pessoas nos leva a perceber os objetos na particularidade de outros possíveis aspectos que aquelas pessoas também lhes atribuiriam no seu modo específico de vê-los. Não perceberíamos afetivamente animais, plantas ou coisas, por exemplo, se não déssemos atenção ao fato de que eles podem possuir uma multiplicidade de significados existenciais seja para nós mesmos ou para as outras pessoas. E Lukács já mostrava também que o fenômeno da reificação condiciona ainda a atitude dos sujeitos em relação e suas próprias capacidades e sentimentos. Isso significa na interpretação de Honneth que a *autoreificação* pressupõe certo tipo de esquecimento do reconhecimento ligado aos nossos próprios desejos e vontades. Ou seja, os sujeitos passam a se esquecer que também seus próprios desejos e sentimentos devem poder ser reflexivamente articulados e apropriados, embora também nesse caso possamos perder de vista o fato de que “sempre reconhecemos previamente a nós mesmos, pois somente assim poderíamos ter acesso à nossa própria interioridade” (Idem: p. 60).

Honneth nota que esse esquecimento do reconhecimento teria sido questionado também por Adorno, para quem a ideia de um indivíduo que se “recolhe dentro de si mesmo” apresentaria um lado perverso e reificante caso significasse o afastamento da condição mimética natural na qual o homem se relaciona com seu mundo circundante. Essa imagem de um homem que se separa do mundo apenas para se enclausurar em sua forma monadológica é antes resultado da opressão social que se imprimiu sobre os homens. “O que é humano”, diz Adorno em sua *Minima moralia*, “está preso à imitação: um ser humano só se torna um ser humano na medida em que

imita outros seres humanos” (ADORNO, 1993: p. 136). Contra a redução e o empobrecimento que a ordem social imprime sobre os sujeitos, é preciso asseverar antes “a forma primitiva do amor” (Ibidem), rastro de uma utopia capaz de abalar a estrutura da dominação. Além do mais, “Adorno estava plenamente convencido ser possível falar de ‘reconhecimento’”, comenta Honneth, “também em referência a objetos não-humanos; mas esse tipo de discurso significava para ele somente respeitar em tais objetos todos os aspectos e significados singulares que surgiam quando relacionados às atitudes das outras pessoas” (HONNETH, 2005: p. 76). Honneth pretende ir mais além de Adorno nesse ponto ao acentuar que seria em razão do reconhecimento da individualidade de outras pessoas que nos obrigamos a perceber os objetos na singularidade de seus muitos outros pontos de vista.

Por fim, se o núcleo da reificação reside em um esquecimento do reconhecimento, então a tarefa fundamental da teoria crítica consistirá em procurar suas fontes sociais nas práticas e mecanismos que possibilitam e perpetuam sistematicamente tal esquecimento. No caso de Lukács, apenas as coações econômicas poderiam conduzir à negação dos traços propriamente humanos das pessoas. Seu olhar estava tão voltado aos efeitos do intercâmbio capitalista de mercadorias que ele não considerou qualquer outra fonte social de reificação. Para Honneth, contudo, os homens podem adotar um comportamento reificante na medida em que perdem de vista o reconhecimento precedente em função de duas causas: ao participarem em uma práxis social na qual a mera observação do outro se tornou um fim em si mesmo, extinguindo toda consciência do engajamento existencial da socialização precedente, ou ao conduzirem suas ações por um sistema ideológico de convicções reificante que os coage à negação posterior do reconhecimento originário. Honneth aponta para casos de racismo e de discriminação de pessoas, grupos e minorias (tratando, por exemplo, do caso dos judeus e das mulheres). Além disso, seu livro traça uma crítica àquelas instituições que coagem os indivíduos a fixar de maneira conclusiva determinados sentimentos, desde o modelo de entrevista de emprego, passando pelos casos mais comuns sobre sites de busca por parceiros na internet, até o fenômeno da reificação no mercado pornográfico.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Professor de Teoria Política da UNIFESP e pesquisador do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP.

<sup>2</sup>O próprio Habermas expõe detalhadamente a recepção da interpretação marxista de Lukács da tese weberiana da racionalização na primeira geração da teoria crítica em HABERMAS (1981: capítulo IV). Sobre esse percurso, ver ainda Jay (1984).

<sup>3</sup>Sobre a idéia de “reatualização” em Honneth, ver MELO e WERLE (2007: p. 32-33).

<sup>4</sup>Sobre o “fetichismo da mercadoria” em Marx, ver RUBIN (1972) e NOBRE (2008).

<sup>5</sup> Para uma análise do conceito de trabalho abstrato, ver Fausto (1987), e Neuendorff (1973: capítulo IV).

<sup>6</sup> Ambos os conceitos já haviam sido tratados de forma abrangente em LOHMANN (1991).

---

**REFERÊNCIAS**

- ADORNO, T. (1993). *Minima moralia*. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: ática.
- ADORNO, T./HORKHEIMER, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- JAY, M. (1984). *Marxism and totality: The adventures of a concept from Lukács to Habermas*. University of California Press.
- FAUSTO, R. “Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor”. In: Fausto, R. *Marx: Lógica e política*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- HABERMAS, J. (1981) *Theorie des kommunikativen Handels*. 2 Vols. Frankfurt/M: Suhrkamp.
- HONNETH, A. (1999). “Teoria crítica”. In: GIDDENS, A./TURNER, J. (org.) *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson Cardoso de Souza. São Paulo: UNESP.
- HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34.
- HONNETH, A. (2005). *Verdinglichung: Eine anerkennungstheoretische Studie*. Frankfurt/M: Suhrkamp.
- HONNETH, A. (2007). *Sofrimento de indeterminação: Uma reatualização da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Singular/Esfera Pública.
- HONNETH, A. (2009a). “A dimensão moral”. (Entrevista com Marcos Nobre e Rúrion Melo). In: *Folha de São Paulo/mais!*, 27 de setembro de 2009.
- HONNETH, A. (2009b). “Die Kritische Theorie der Frankfurter Schule und die Anerkennungstheorie”. In: BASAURE, M./WILLIG (org). *Erneuerung der Kritik: Axel Honneth im Gespräch*. Frankfurt/M\_ Campus.
- LOHMANN, G. (1991). *Indifferenz und Gesellschaft: Eine kritische Auseinandersetzung mit Marx*. Frankfurt/M: Suhrkamp.
- LUKÁCS, G. (2003). “A reificação e a consciência do proletariado”. In: LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, K. (2002). *O capital*. Livro 1. Vol. 1. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MELO, R./WERLE, D. L. (2007). “Introdução: Teoria crítica, teorias da justiça e a ‘reatualização’ de Hegel”. In: HONNETH, A. *Sofrimento de indeterminação: Uma reatualização da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Singular/Esfera Pública.
- NEUENDORFF, H. (1973). *Der Begriff des Interesses*. Frankfurt/M: Suhrkamp.
- NOBRE, M. (2001) *Lukács e os limites da reificação*. São Paulo: editora 34.
- NOBRE, M. (2008). “Marx: Teoria do valor-trabalho e fetichismo”. In: NOBRE, M. (org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus.
- RUBIN, I. (1972). *Essays on Marx’s Theory of Value*. Detroit: Black & Red.